

Introdução

Igor Guedes Ramos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RAMOS, IG. Introdução. In: *Genealogia de uma operação historiográfica*: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980 [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 13-24. ISBN 978-85-7983-701-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

“Estamos de acordo, os operários não precisam dos intelectuais para saber o que fazem, eles próprios o sabem muito bem”

“considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõe que os comuns mortais são estúpidos”

Essa breve passagem, constituída por duas citações, possui tamanha coerência que pode fazer crer que foi extraída do mesmo autor, quase exatamente como se encontra aqui. Pelo contrário, a primeira parte é de Michel Foucault,¹ e a segunda, de Edward Palmer Thompson (1981, p.16), dois grandes pensadores do século XX e, também, defensores de perspectivas teórico-metodológicas antagônicas. Uma das coisas que eles têm em comum, além de acreditarem na capacidade mental alheia, é que cada um a seu modo assinalou problemas e propôs soluções para a produção historiográfica mundial; do Japão à América, da Europa à Índia agitaram o campo da História.

1 O intelectual serve para reunir as ideias, mas seu saber é parcial em relação ao saber operário, in Foucault, 2010a, p.87.

A primeira intenção deste livro é discutir algumas experiências de vida, as teses, as concepções teórico-metodológicas, as atividades políticas e alguns dos principais interlocutores de Thompson e de Foucault, procurando demonstrar como esses aspectos se relacionaram para formar o pensamento desses autores. Essa primeira tarefa foi fundamentada em diversos “ditos e escritos”; ou seja, livros, aulas, palestras, entrevistas, debates, resenhas etc. Aqui a preocupação é com o leitor iniciante, é fornecer subsídios para compreensão e utilização dos pensamentos de Thompson e de Foucault. Entretanto, os já “iniciados” poderão encontrar uma ou duas reflexões interessantes.

A segunda e mais fundamental intenção deste livro é discutir como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram *apropriados* pelos historiadores brasileiros entre 1980 e 1990. Esse recorde temporal remete ao primeiro momento de recepção sistemática e significativa do pensamento desses autores e, o mais importante, foi quando ocorreram certas experimentações conceituais e certos procedimentos teórico-metodológicos singulares; como a atualmente tão criticada utilização simultânea (ao mesmo tempo em um mesmo estudo) de procedimentos e noções de Thompson e de Foucault.

Para essa segunda tarefa, analiso principalmente teses e dissertações – que denomino, de agora em diante, obras/fontes² – elaboradas no referido período, por pesquisadores brasileiros com formação na área de História e vinculados às instituições de produção historiográfica. Isso permite analisar especificamente a “instituição historiográfica brasileira”, no momento que pode ser considerado de *gêneses* da forma como se apresenta atualmente.

2 Foram pesquisados os “bancos de tese” das seguintes instituições: Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – as pós-graduações dessas instituições foram responsáveis por cerca de 65% da produção total de monografias da década de 1980, no Brasil. O método de seleção das obras/fontes obedeceu a um critério objetivo, a saber: estudos que constem na bibliografia textos de Thompson e/ou de Foucault – todo o processo foi balizado pelas análises bibliográficas já existentes sobre o assunto.

Neste momento, o leitor mais experiente pode estar pensando: ele quer retomar a antiga polêmica das “ideias fora do lugar”, sobre a subordinação do pensamento científico brasileiro em relação ao europeu ou ao norte-americano. Astor Antonio Diehl (2004, p.22-4, p.66-8, p.350-1, passim; 1999, p.67-8, p.184-5, passim), por exemplo, em diversos estudos sobre a historiografia brasileira, discutiu essa questão e, inclusive, assinalou possíveis soluções para os problemas decorrentes da recepção “acrítica e dogmática” da produção intelectual estrangeira pelos intelectuais brasileiros. Essa não é a nossa perspectiva, uma vez que para tal empreendimento seria necessário primeiro estabelecer um *operação historiográfica* perfeitamente adequada à “realidade brasileira” – o que não está ao nosso alcance – para, então, demonstrar os equívocos das outras *operações*. O que interessa aqui é como os historiadores brasileiros dos anos 1980 *tomaram posse de forma a acomodar a suas condições e interesses*³ as reflexões, as posturas políticas, os métodos, as concepções de história, as formas de escrita etc. de Thompson e de Foucault que circulavam pelos meios acadêmicos mundiais.

Nesse sentido, as questões que colocamos às obras/fontes são: *quais, quantos e como os elementos* (noções, princípios metodológicos, formas de escrita, conteúdos, argumentos, postura ético-política etc.) presentes nos pensamentos desses intelectuais foram utilizados pelos historiadores brasileiros? Sob que formas, condições ou injunções foram *apropriados*? Que efeitos essa *apropriação* produziu no conhecimento histórico brasileiro? Possibilitou o estudo de outros objetos ou temas, incentivou outras formas de escrita e a utilização de outras fontes ou métodos de provação etc.? Serviu para confrontar ou corroborar outras teses, concepções ou, em suma, *práticas historiográficas*? Para analisar as fontes e responder essas perguntas desloquei e reorganizei algumas noções desenvolvidas por Roger Chartier e, sobretudo, Michel de Certeau.

A partir de seus estudos sobre a História da Leitura, Chartier (1999, p.26) constatou que essa não é um ato transparente, depende de práticas e de condições socioculturais historicamente variáveis; é

3 Essa expressão é uma sobreposição das duas acepções de “apropriação” do vocabulário corrente, *tomar posse de algo* ou *adequar algo a determinada condição*.

uma forma de assimilação determinada pelas competências, condições e interesses do leitor. Nesse sentido, a noção de *apropriação* procura colocar “em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras”. Essa noção difere daquela de Foucault, que diz respeito aos procedimentos de controle discursivo que impedem que qualquer um possa pronunciar qualquer discurso; e também difere daquela da hermenêutica conforme compreende Paul Ricoeur, como processo fundamental e universal de refiguração dos textos na consciência de acordo com os princípios da fenomenologia. “A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma historia social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 1999, p.26).

Utilizar a noção de *apropriação* como *modo de usar* implica recusar “a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único” (ibidem, p.27). Implica considerarmos que uma produção historiográfica “é um espelho de cem faces” (Certeau, 1994, p.10) formada por diversos *elementos* (contexto histórico de produção, problemas, noções, métodos, tipos de fontes, formas de provação etc.) que se relacionam de modo particular em cada produção. Um mesmo *elemento* pode ter função, sentido ou se relacionar de forma diferente com outros *elementos* dependendo do espaço que ocupa, das “lógicas específicas em funcionamento nos usos” (Chartier, 1995, p.186). Por exemplo, tanto em Thompson quanto em Foucault está presente a ideia de que as pessoas comuns devem pensar e agir por si próprias, em oposição à postura *vanguardista* que considera as pessoas comuns alienadas e que predominou entre muitos intelectuais até meados da década de 1970. Contudo, essa valorização dos atos e pensamentos das “pessoas comuns”, em Foucault, está articulada com os princípios metodológicos da arqueologia, o que lhe impede de fazer uma “história vista de baixo”; no limite publicar as memórias de Pierre Rivière. Ao contrário, em Thompson essa valorização está vinculada à noção de *luta de classes*, por isso a necessidade de resgatar a vida dos oprimidos para compreender melhor esse longo processo que atravessa a história da humanidade; daí um empreendimento como *A formação da classe operária inglesa*.

Desse modo, estudar as *apropriações historiográficas* é descrever os *elementos* e suas relações presentes no pensamento de um autor e como esses *elementos* são *usados* por outro autor; ou, ainda, a intenção é verificar que *elementos* são apropriados e em qual relação são inseridos. Isso permite pensar uma multiplicidade de *usos* de conceitos, métodos, formas de escrita, argumentos etc.; mas sem negligenciar a função que esses cumpriam dentro do pensamento de onde foram retirados. Assim, por exemplo, quando dissermos que um historiador brasileiro se apropriou mais intensamente do pensamento de Thompson do que do pensamento de Foucault, não irá implicar uma adesão perfeita ao historiador inglês ou uma leitura equivocada do filósofo francês; mas implica exclusivamente a utilização de um número considerável de *elementos* cumprindo funções semelhantes e uma mesma lógica daqueles presentes no pensamento de Thompson.

As reflexões de Michel de Certeau sobre a *operação historiográfica* também são fundamentais para este empreendimento. Pois, considero o historiador como uma espécie de artesão (*bricoleur*) que utiliza ferramentas (noções, métodos de análise e provação, formas de escrita, enfim, *práticas historiográficas*) para produzir um texto de história condizente com seu ambiente histórico e geográfico (o *lugar*).

Segundo Certeau (2002), ontem e hoje a produção historiográfica se relaciona com as características de uma instituição – que é a sua – e com a sociedade a que pertence. Essa relação com o *lugar* estabelece uma “direção” à operação, “*torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns” e “*torna outras impossíveis*” (Certeau, 2002, p.77), é uma dupla função de bloqueio e estímulo. Por exemplo, segundo Certeau, Lucien Febvre durante o “entreguerras” pretendeu libertar a história-disciplina da perspectiva excessivamente religiosa, oriunda da Reforma e da Contrarreforma. Ora, essa tarefa só foi possível quando as guerras religiosas perderam importância, deixaram de ser um problema imediato e urgente; isso foi possível após 1914. “O que isto indica não são concepções melhores ou mais objetivas. Uma mudança da sociedade permite ao historiador um afastamento com relação aquilo que se torna, globalmente, um passado” (Certeau, 2002, p.75).

A produção de Febvre foi marcada, então, por outras clivagens; agora sociais e econômicas.

A relação da produção historiográfica com o seu *lugar* deve ser pensada também considerando sua função sociopolítica. Por exemplo, na sociedade do Antigo Regime, a história-disciplina se relaciona, por um lado, com as operações de legitimação do poder do príncipe, por meio do “registro” das ideias e ações dos grandes homens; e, por outro lado, com a ciência prática do poder, pois era uma “lição” produzida por técnicos da administração do Estado, por meio da análise do passado (ibidem, p.17-19).

Nesse sentido, seria preciso concordar com Diehl (2004, p. 65, 323, 349, *passim*) – e com muitos outros intelectuais – e afirmar que a historiografia brasileira a partir da década de 1980 se tornou “especializada em objetos fragmentados (negros, mulheres, sem-terra, homossexuais, feiteiras, imaginário, cotidiano etc.), com os quais ela se identifica, atuando como ator na sua representação”? E isso significaria que “corre o risco de servir única e exclusivamente para a legitimação de grupos ‘dominantes’ e ‘dominados’ e assumir o caráter unicamente academicista”; de se tornar uma forma de resistência quase anárquica? Seria essa a relação que se estabeleceu entre a produção historiografia e a sociedade brasileira nos anos 1980? A *apropriação* do pensamento de Thompson e de Foucault participou do processo de constituição dessa relação? Seria isso um problema? A marca de uma aceção política? É uma crise ou uma renovação?

De qualquer forma, retornando a Certeau, o *lugar* não se refere apenas à sociedade, mas principalmente às instituições de produção historiográfica, organizadas a partir de um conjunto de regras que, quanto mais complexas, maior sua autonomia em relação às oscilações socioculturais mais gerais. Todos aqueles que pretendem ser operadores do conhecimento histórico devem de algum modo se enquadrar nas regras, esse é um dos fatores que fornecem estabilidade e credibilidade a uma “doutrina”. Dessa forma, as *práticas historiográficas* – incluindo a hegemonia de determinado conjunto delas – estão imbricadas com as formas de enquadramento dos programas, as áreas de concentração e linhas de pesquisa; as formas de hierarquia e organização institucional

(por exemplo, catedrático ou departamental); as linhas de financiamento, as formas de recrutamento etc. Tudo isso influencia a “direção da operação”.

A noção de *prática*, por sua vez, se refere ao conjunto de técnicas utilizadas pelo historiador para transformar objetos “naturais” (documentos, dados, imagens etc.) em objetos “culturais” (História). A *operação* é exatamente a utilização desses métodos de escolha, recorte e processamento das fontes, as técnicas de interpretação dos textos, os procedimentos de “provação” (estatísticos, indiciários, uso de fontes específicas etc.), as formas de *escrita*,⁴ os modelos teóricos, conceitos etc. (Certeau, 2002, p.69, 72, 78-81). Esses “controles”, para Certeau, como bem lembrou e insistiu Chartier, fornecem “cientificidade” à produção historiográfica.

Para ele, a história é um discurso que produz enunciados “científicos”, se se define com esse termo “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados”. Todas as palavras dessa citação são importantes: “produção de objetos determinados” remete à construção do objeto histórico pelo historiador, já que o passado nunca é um objeto que já está ali; “operações” designa as práticas próprias da tarefa do historiador (recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análise específicas, construção de hipótese, procedimentos de verificação); “regras” e “controles” inscrevem a história em um regime de saber compartilhado, definido por critérios de prova dotados de uma validade universal. (Chartier, 2009, p.16)

Chartier, considerando os pressupostos estabelecidos por Certeau, em diversos momentos discutiu as mudanças ocorridas na historiografia durante o século XX, procurando compreender as “incertezas” ou

4 Em Certeau (2002), a *escrita* é um elemento separado das *práticas* na *operação historiográfica*. Sem recusar a capacidade de a *escrita* produzir sentido, como apontado por Certeau, neste livro consideramos a *escrita* uma técnica de exposição que pode ser lógica (formalizada), narrativa, descritiva etc.. Portanto, um elemento das *práticas historiográficas*. Retornaremos a essa discussão ao longo do texto, o que deve esclarecer melhor a questão.

as “crises” que incomodaram muitos historiadores e geraram debates acalorados – que algumas vezes descambaram para ataques pessoais. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XX, alguns modelos interpretativos (estruturalista, marxista e demográfico/quantitativo) se consolidaram e foram aceitos pela maior parte dos historiadores, estavam em geral fundados em dois princípios: Primeiro, “estudar o mundo social” para apreender as estruturas ou relações que comandam todos os aspectos da sociedade e os atos dos indivíduos, sejam as estruturas econômicas, sejam as sociais ou mentais.⁵ Segundo princípio, aplicação recorrente de procedimentos matemáticos ou *galileanos* (a expressão é tomada de Carlo Ginzburg), com a quantificação dos fenômenos, tratamentos estatísticos etc.

Essa consolidação foi fundamental para “superar” a “cartografia de particularidades”, a história factual dos grandes homens, do Estado etc., tal como foi caracterizada a historiografia do século XIX; bem como afastar os perigos dos avanços da sociologia e da etnologia, garantindo a posição institucional da história-disciplina. Contudo, a partir da década de 1970, aqueles princípios, algumas categorias como classes sociais, mentalidades etc., e os modelos interpretativos triunfantes foram duramente questionados pelos próprios historiadores ou por intelectuais de outras áreas. Daí uma série de consequências, em primeiro lugar:

A atenção foi deslocada das regras impostas para os seus usos, dos comportamentos determinados para as decisões permitidas pelos recursos de cada um: seu poder social, sua capacidade econômica, seu acesso à informação. Habituada a encontrar hierarquias e construir coletividades (categorias socioprofissionais, classes, grupos), a História das sociedades aprendeu a

5 Neste último caso, estamos nos referindo à história das mentalidades ou “história serial do terceiro nível” surgida nos anos 1960. Segundo Chartier (2002b, p.38-9), esta deve seus métodos à história socioeconômica quantitativa, bem como partilham a preocupação com a “hierarquia dos níveis”, a primazia do social ou, nas palavras do autor: “Essa primazia quase tirânica do social, que define previamente variações culturais que em seguida se trata apenas de caracterizar, é o traço mais nítido dessa dependência da história cultural em relação à história social que marca a historiografia francesa do pós-guerra”.

olhar para a escala menor das biografias comuns e de processos dinâmicos: negociações, transações, trocas, conflitos, etc. (Chartier, 1997, p.4)

Neste ponto podemos identificar o surgimento ou a retomada de noções como *habitus* de Pierre Bourdieu; *experiência* e *costumes* de Thompson; *apropriação* e *representação* do próprio Chartier; de *consumo* e *táticas* de Certeau; *microfísica do poder* de Foucault etc., que em comum nem privilegiam a *análise estrutural*, nem retomam uma “filosofia do sujeito livre”, isto é, não desconsideram as *dependências recíprocas*.

A segunda consequência foi o retorno ao arquivo, na tentativa de fazer os esquecidos falarem, registrando suas falas singulares, complexas e ricas – isso está presente, por exemplo, na noção de *saberes subjetados* de Foucault e na “história vista de baixo” que fundamenta todo o empreendimento thompsoniano. Dessa outra postura, segundo Chartier (2002), surgem algumas questões, a saber: No caso da historiografia anterior ter realmente silenciado as “falas do passado”, a inversão de postura poderia silenciar a “análise historiográfica”? Penderíamos, agora, do excesso de *ensaísmo* para o excesso de *empirismo*? Como evitar a confusão entre categorias usadas pelos atores do passado e aquelas do trabalho de análise? As respostas foram diversas, antagônicas e polêmicas.

Enfim, última consequência, neste momento emerge também a preocupação com o texto, tanto pelo lado técnico da análise (como estudar um texto em seu caráter linguístico, sociológico, suporte material etc.) (Chartier, 2002, p.8-13) quanto pelo lado da produção da *escrita historiográfica*. Disso, o mais essencial é a percepção de que a produção historiográfica é um tipo de narrativa ou dependente parcialmente da *narrativa* – como assinalado nos livros *Tempo e narrativa* de Paul Ricoeur (1997) e *A escrita da história* de Michel de Certeau (2002). Ora, o que na época estava fornecendo o estatuto de cientificidade à História-disciplina eram exatamente seus caracteres analítico (lógico e categorial) e quantitativo, a definição das estruturas e suas relações, enfim, a *formalização*. Desse modo, quando volta a predominar na *escrita historiográfica* a *narrativa*, os métodos de interpretação de texto, o exame qualitativo das fontes, procedimentos indiciários

ou hermenêuticos etc. seu estatuto foi novamente abalado. Alguns intelectuais radicalizaram e viram “no discurso da história senão um livre jogo de figuras retóricas, senão uma expressão dentre outras de invenção ficcional” (Chartier, 2002, p.15). O “*linguistic turn*” oriundo dos Estados Unidos assegurava: “Constituída por e na linguagem, a realidade não pode mais ser pensada com uma referência objetiva, exterior ao discurso” (Chartier, 1997, p.6). Na nossa perspectiva, o problema é que essa postura apenas tentou redirecionar as relações de força: da mesma forma que a *operação historiográfica galileiana* excluía outras *operações*, a *linguística* procurou se impor como única detentora de cientificidade.

Segundo Chartier, um número expressivo de intelectuais rejeitou a análise de tipo exclusivamente *linguística*, inclusive ele e – por mais que alguns críticos duvidem – Foucault (Chartier, 2002, p.7, 119-21, passim; Lustosa, 2004, p.8). Pois, a *prática* (não discursiva) e o *discurso* se articulam, mas não operam pelas mesmas regras, é impossível um se reduzir ao outro:

Reconhecer que as realidades passadas só são acessíveis (maciçamente) através dos textos que pretendiam organizá-las, submetê-las ou representá-las nem por isso significa postular a identidade entre duas lógicas: de um lado, a lógica letrada, logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e as ações. (Chartier, 1994, p.102)

O historiador seria como um equilibrista à “beira das falésias”: nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Para o autor, seria preciso uma *operação historiográfica* que descrevesse as relações entre *prática* e *discurso* sem reduções, sem determinismos – veremos que Thompson e Foucault, cada um à sua maneira, se esforçaram para resolver esse problema.

Certamente, os apontamentos de Certeau e de Chartier se referem, maiormente, à historiografia francesa e são “gerais”, como que um sobrevoos por um processo mais complexo, repleto de enfiamentos e possibilidades. De qualquer modo, por um lado, esses apontamentos são exemplos de um estudo das *operações historiográficas*, das noções

e procedimentos nele implicados, tal como procuramos desenvolver nesta pesquisa; e, por outro lado, destacam mudanças que também repercutiram na historiografia brasileira.

Nesse sentido, é preciso pensar as especificidades do Brasil, já que os *modos de usar* o pensamento de Thompson e de Foucault não são independentes das características dos *lugares* e das *práticas historiográficas* vigentes no país até e na década de 1980. As concepções teóricas, as categorias, os métodos, as formas de escrita etc. do historiador inglês e do filósofo francês⁶ “entraram no nosso jogo”: por um lado, tiveram de ser “adequados”, e, por outro lado, compuseram os processos de *desvio*: os debates e as transformações da *operação historiográfica* brasileira no período aqui discutido.⁷

* * *

Para atender as intenções do livro, a exposição foi estruturada em duas partes divididas em capítulos e subcapítulos. Na Primeira Parte, em dois capítulos distintos discutem-se os pensamentos de Thompson, de Foucault e de seus contemporâneos. No terceiro capítulo, com uma consideração preliminar, confrontam-se os dois intelectuais para verificar os antagonismos e aproximações, bem como estabelece-se uma *grade de leitura* que será utilizada na análise da segunda parte do livro. Portanto, o leitor interessado apenas em Thompson e/ou Foucault poderá se ater a esta parte.

Na segunda parte, desenvolvemos a questão central do livro, ou seja, a análise da *operação historiográfica* no Brasil. No primeiro capítulo dessa parte (quarto do geral), designado “Condições de apropriação”; examinam-se as condições político-institucionais e as concepções

6 Fica estabelecido desde já: em diversas passagens deste texto chamamos Thompson de “historiador inglês” e Foucault de “filósofo francês”, essas denominações não encerraram nenhum sentido, não são categorias ou descrições de suas respectivas condições intelectuais; são simplesmente outras formas de nos referirmos aos dois autores, sem recorremos aos seus nomes.

7 Essa noção de *desvio* é, novamente, a nossa utilização das reflexões de Certeau (2002, p.84-7, passim).

teórico-metodológicas predominantes na produção do conhecimento histórico na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Também descrevem-se os meios “materiais” de recepção dos pensamentos de Thompson e de Foucault e como essa recepção aparece nas falas de diferentes historiadores que viveram/pensaram o período. No segundo capítulo dessa parte (quinto no geral), denominado “A historiografia brasileira entre Thompson e Foucault”, descrevem-se e discutem-se os *modos* como os historiadores brasileiros dos anos 1980 *usaram* os pensamentos do historiador inglês e do filósofo francês, e a repercussão desse *uso* na produção historiográfica, isto é, as transformações surgidas em comparação à produção anterior. A título de Considerações finais, denominadas “Anos 1980, charrete que perdeu o condutor?”, procura-se reorganizar toda essa meada e dar-lhe uma direção para responder as perguntas que se colocam nesta Introdução.

Assim, pede-se ao leitor que se acomode bem, serão muitas e longas – talvez monótonas – cenas, começando pelo diálogo com um indelicado cavaleiro inglês...